

Desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente**PODER JUDICIÁRIO**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Edital 002/2011
RETIFICAÇÃO 002/2011 AO EDITAL 002/2011

Altero Edital 002/2011, que regula o concurso público para provimento de cargos efetivos dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nos itens que indica.

O Desembargador **JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, pelas normas estabelecidas no Regulamento de Concurso para provimento de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão aprovadas pela Resolução n. 052/2010, de 29 de novembro de 2010, deste Tribunal de Justiça, pelo Edital 002/2011 e pela legislação aplicável, torna público para conhecimento de todos os interessados, a alteração do Edital que regula o citado Concurso Público, **como segue**.

Art. 1º - Fica desta forma alterado o texto referente ao **ANEXO V – Provas e Programas**, passando a constar o seguinte teor:

ANEXO V – PROGRAMAS E PROVAS**DEVEM SER CONSIDERADAS AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2010.****CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**

Será aplicada Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, comum a todos os cargos de nível superior, exceto Analista Judiciário - Especialidade Analista de Sistemas – Desenvolvimento, como segue:

Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 40 (quarenta) questões

Organização Judiciária Estadual – 10 (dez) questões

Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº. 14, de 17 de dezembro de 1991, e suas alterações). Regimento Interno do TJMA. Custas judiciais e emolumentos extrajudiciais (Lei nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009). Tabelas de custas judiciais e emolumentosextrajudiciais (Lei nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009). Da Justiça Estadual. Da Divisão Judiciária do Maranhão. Comarcas, termos e zonas judiciárias. Entrâncias e instâncias. Dos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão. Do Tribunal de Justiça. Da Corregedoria Geral da Justiça. Dos Juizes de Direito: ingresso na carreira, juizes substitutos, juizes auxiliares, juizes titulares. Do Tribunal do Júri e da Justiça Militar Estadual. Dos juizados especiais e da Justiça de Paz. Dos magistrados: posse, exercício, antiguidade, direitos e garantias, subsídios, licenças e férias, deveres e sanções. Dos serviços judiciais e dos servidores do Poder Judiciário: serviços auxiliares da Justiça e dos servidores do Poder Judiciário. Da secretaria do Tribunal de Justiça, da secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, das secretarias judiciais e das secretarias de diretorias de fórum: nomeação, atribuições, substituições. Dos oficiais de justiça. Dos serventuários e dos funcionários: nomeação, posse, compromisso, exercício, direitos e garantias, férias, licenças, disponibilidade e aposentadoria, deveres e sanções. Do processo administrativo disciplinar. Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003 e suas alterações e Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007 e suas alterações). Dos serviços extrajudiciais: notários e registradores, auxiliares, concurso de remoção e de ingresso. Da fiscalização do Poder Judiciário.

ANALISTA JUDICIÁRIO – Especialidade Direito

Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 60 (sessenta) questões

Direito Constitucional

Da Constituição: conceito; objeto; classificação; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais; interpretação das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade. Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; da nacionalidade; dos direitos políticos; dos partidos políticos. Da organização do Estado: da organização político-administrativa; da União; dos estados federados; dos municípios; do Distrito Federal e dos territórios; da intervenção. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos. Da organização dos poderes: Poderes Legislativo e Executivo. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais e Juizes dos Estados. Das funções essenciais à justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública. Da tributação e do orçamento.

Direito Civil

Lei; vigência; aplicação da lei no tempo e no espaço; integração e interpretação. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais e jurídicas: personalidade; capacidade; direitos de personalidade. Domicílio. Bens: conceito e espécies. Fatos e atos jurídicos: negócios jurídicos; requisitos; defeitos dos negócios jurídicos; modalidades dos negócios jurídicos; forma e prova dos atos jurídicos; nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos; atos ilícitos; abuso de direito; prescrição e decadência; caso fortuito e força maior. Direitos reais. Espécies. Do Direito de Família: do direito pessoal; do casamento; das relações de parentesco; do direito patrimonial; do regime de bens entre os cônjuges; do usufruto e da administração dos bens de filhos menores; dos alimentos; do bem de família; da união estável; da tutela e da curatela. Do direito das sucessões: da sucessão em geral; da sucessão legítima; da sucessão testamentária; do inventário e da partilha. Direito das obrigações: das modalidades; transmissão; adimplemento e extinção; inadimplemento. Contratos: formação; teoria da imprevisão; evicção; vícios redibitórios; extinção. Espécies de contratos. Responsabilidade civil, inclusive por danos causados ao ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico. Registros públicos. Direito de Empresa. Direito Arbitral (Lei nº 9.307/96).

Direito Processual Civil

Da jurisdição: conceito; modalidades; poderes; princípios e órgãos. Da ação: conceito; natureza jurídica; condições; classificação. Competência: conceito, competência territorial, objetiva e funcional; modificação e conflito; conexão e continência. Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; do Juiz; do Ministério Público; Estatuto da AOAB; dos auxiliares da Justiça; competência, poderes, responsabilidades, suspeição e impedimentos. Dos Atos Processuais: atos da Parte; atos do Juiz; atos do Escrivão; do tempo e do lugar. Prazos: conceito; classificação; princípios; contagem; preclusão; prescrição. Das Comunicações dos Atos Processuais: Disposições gerais; das Cartas; das Citações; das intimações; das Nulidades. Processo e procedimento: natureza e princípios; formação; suspensão; pressupostos processuais; tipos de procedimentos. Petição inicial: conceito, requisitos. Pedidos: espécies; modificação; cumulação; causa de pedir. Indeferimento da Inicial. Despacho liminar: objeto; natureza; de conteúdo positivo; de conteúdo negativo. Da resposta do réu: contestação; exceções; reconvenção; revelia e seus efeitos; da declaração incidente. Providências preliminares: Declaração incidente; fatos impeditivos, modificativos e extintivos do pedido. Julgamento conforme o estado do processo; Da Extinção do Processo; Julgamento Antecipado, Da audiência Preliminar; Antecipação de tutela. Prova: conceito; modalidades; princípios gerais; objeto; ônus; procedimentos. Da audiência. Da Instrução e julgamento; Da sentença: requisitos; publicação. Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa julgada formal e coisa julgada material. Da Liquidação de sentença; Do cumprimento da Sentença. Recursos: Da Declaração de Inconstitucionalidade; Da ordem dos processos no Tribunal; conceito; fundamentos; princípios; classificação; pressupostos de admissibilidade; efeitos; juízo de mérito; apelação; agravo de instrumento; embargos infringentes, de divergência e de declaração; recurso especial; recurso extraordinário. Ação rescisória. Nulidades. Processo de execução: pressupostos e princípios informativos; espécies de execução. Da responsabilidade patrimonial; Embargos do devedor: natureza jurídica; cabimento; procedimento. Embargos de terceiro: natureza jurídica;

legitimidade; procedimento. Execução fiscal: da execução contra a Fazenda Pública; Da suspensão e extinção da execução. Processo e ação cautelares: procedimento cautelar comum e procedimentos cautelares específicos. Dos procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária: Do inventário e da partilha. Juizados especiais cíveis (Lei n.º 9.099/95 e Lei n.º 10.259/01); procedimentos. Ação civil pública, ação popular, mandado de segurança e mandado de segurança coletivo: Pressupostos de admissibilidade; procedimento; liminar. Ação monitoria. Prisão Civil. Direito Arbitral (Lei n.º 9.307/96): Disposições gerais; Da convenção de arbitragem; dos árbitros; procedimento arbitral; sentença arbitral.

Direito Penal

Da aplicação da lei penal: princípios da legalidade e da anterioridade; a lei penal no tempo e no espaço; o fato típico e seus elementos; relação de causalidade; culpabilidade; superveniência de causa independente. Crime: crime consumado, tentado e impossível; desistência voluntária e arrependimento eficaz; arrependimento posterior; crime doloso e culposo. Erro de tipo: erro de proibição; erro sobre a pessoa; coação irresistível e obediência hierárquica; causas excludentes da ilicitude. Da imputabilidade penal: do concurso de pessoas; do concurso de crimes. Das penas: espécies; cominação; aplicação; da suspensão condicional da pena; do livramento condicional; efeitos da condenação e da reabilitação; das medidas de segurança; das medidas socioeducativas (Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente). Da ação penal pública e privada: da extinção da punibilidade; da execução das penas em espécie: das penas privativas de liberdade, das penas alternativas (Lei n.º 9.714/98), dos regimes, autorizações de saída, remição e incidentes da execução. Dos crimes contra a vida: das lesões corporais; dos crimes contra a honra; dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a dignidade sexual. Crime organizado (Lei n.º 9.034/95). Dos crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65). Lei de drogas (Lei n.º 11.343/2006 e Decreto n.º 5.912/2006), Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/90 e Lei n.º 8.930/94). Crimes de tortura (Lei n.º 9.455/97). Do ato infracional. Dos crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei n.º 8.069/90). Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Crimes contra as finanças públicas (Lei n.º 10.028, de 19/10/2000, que alterou o Código Penal). Crimes contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137/90 e Lei n.º 9.249/95). Crimes contra o sistema financeiro (Lei n.º 7.492/86 e Lei n.º 9.080/95). Lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/98). Crimes contra o meio ambiente (Lei n.º 9.605/98).

Direito Processual Penal

Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas; sujeitos da relação processual; inquérito policial. Ação penal: conceito; condições; pressupostos processuais; ação penal pública: titularidade, condições de procedibilidade; denúncia: forma e conteúdo, recebimento e rejeição; ação penal privada: titularidade, queixa, renúncia, perdão, preempção; ação civil. Jurisdição: competência: critérios de determinação e modificação; incompetência: efeitos; das questões e processos incidentes. Da prova: conceito; princípios básicos; objeto; meios, ônus; limitações constitucionais das provas; sistemas de apreciação. Do Juiz, do Ministério Público, do acusado, do defensor, dos assistentes e dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Das citações e das intimações: forma, lugar e tempo. Atos das partes, dos Juizes, dos auxiliares da justiça e de terceiros. Dos prazos: características, princípios, contagem e prazo em dobro. Da sentença: conceito; requisitos; classificação; publicação; intimação; sentença absolutória: providências e efeitos; sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos; da coisa julgada. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/95 e Lei n.º 10.259/01); Das nulidades. Dos recursos em geral: princípios básicos e modalidades; espécies; Lei n.º 8.038/90. Da revisão criminal. Das exceções. Do habeas-corpus. Do desaforamento. Do processo comum. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e do julgamento dos crimes contra a honra. Do processo e do julgamento dos crimes de tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. Interceptação telefônica (Lei n.º 9.296/96).

Direito Administrativo

Administração Pública. Estrutura administrativa: conceito, elementos e poderes do Estado; organização do Estado e da Administração; entidades políticas e administrativas; órgãos e agentes públicos. Atividade administrativa: conceito; natureza e fins; princípios básicos; poderes e deveres do administrador público; o uso e o abuso de poder. Organização Administrativa da União, dos estados e dos municípios: administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Agências Reguladoras. Poderes Administrativos: Poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia. Atos Administrativos: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação. Processo Administrativo. Lei n.º 9.784/99. Prescrição, decadência e preclusão. Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade; procedimentos; anulação e revogação; modalidades; tipos. Contratos Administrativos: conceito; características; formalização. Execução do contrato: direitos e obrigações das partes, acompanhamento, recebimento do objeto, extinção, prorrogação e renovação do contrato. Inexecução do contrato: causas justificadoras, consequências da inexecução, revisão, rescisão e suspensão do contrato. Serviços Públicos: conceito; classificação, regulamentação e controle; requisitos; competência para prestação; formas e meios de prestação do serviço; concessão; permissão; autorização. Intervenção do Estado na propriedade: noções gerais; servidão administrativa; requisição; ocupação; limitação administrativa. Desapropriação: conceito; características; fundamentos; requisitos constitucionais; objeto; beneficiários; indenização e seu pagamento; desapropriação indireta e por zona. Bens Públicos: conceito; utilização; afetação e desafetação; regime jurídico; formas de aquisição e alienação. Controle da Administração Pública: controle administrativo; controle legislativo; controle pelo Tribunal de Contas; controle judiciário. Responsabilidade civil do Estado: responsabilidade objetiva; reparação do dano. Improbidade administrativa. Lei n.º 8.429/92.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

Analista Judiciário - Especialidade Analista de Sistemas – Desenvolvimento

Organização Judiciária Estadual – 10 (dez) questões

Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991, e suas alterações). Regimento Interno do TJMA. Custas judiciais e emolumentos extrajudiciais (Lei n.º 9.109, de 29 de dezembro de 2009). Tabelas de custas judiciais e emolumentosextrajudiciais (Lei n.º 9.109, de 29 de dezembro de 2009). Da Justiça Estadual. Da Divisão Judiciária do Maranhão. Comarcas, termos e zonas judiciárias. Entrâncias e instâncias. Dos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão. Do Tribunal de Justiça. Da Corregedoria Geral da Justiça. Dos Juizes de Direito: ingresso na carreira, juizes substitutos, juizes auxiliares, juizes titulares. Do Tribunal do Júri e da Justiça Militar Estadual. Dos juizados especiais e da Justiça de Paz. Dos magistrados: posse, exercício, antiguidade, direitos e garantias, subsídios, licenças e férias, deveres e sanções. Dos serviços judiciais e dos servidores do Poder Judiciário: serviços auxiliares da Justiça e dos servidores do Poder Judiciário. Da secretaria do Tribunal de Justiça, da secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, das secretarias judiciais e das secretarias de diretorias de fórum: nomeação, atribuições, substituições. Dos oficiais de justiça. Dos serventuários e dos funcionários: nomeação, posse, compromisso, exercício, direitos e garantias, férias, licenças, disponibilidade e aposentadoria, deveres e sanções. Do processo administrativo disciplinar. Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Lei n.º 8.032, de 10 de dezembro de 2003 e suas alterações e Lei n.º 8.715, de 19 de novembro de 2007 e suas alterações). Dos serviços extrajudiciais: notários e registradores, auxiliares, concurso de remoção e de ingresso. Da fiscalização do Poder Judiciário.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO (SEGUNDO GRAU)

Será aplicada Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, comum a todos os cargos de nível médio, como segue:

Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 30 (trinta) questões

Organização Judiciária Estadual – 6 (seis) questões

Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991, e suas alterações). Regimento Interno do TJMA. Custas judiciais e emolumentos extrajudiciais (Lei n.º 9.109, de 29 de dezembro de 2009). Tabelas de custas judiciais e emolumentosextrajudiciais (Lei n.º 9.109, de 29 de dezembro de 2009). Da Justiça Estadual. Da Divisão Judiciária do Maranhão. Comarcas, termos e

zonas judiciárias. Entrâncias e instâncias. Dos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão. Do Tribunal de Justiça. Da Corregedoria Geral da Justiça. Dos Juizes de Direito: ingresso na carreira, juizes substitutos, juizes auxiliares, juizes titulares. Do Tribunal do Júri e da Justiça Militar Estadual. Dos juizados especiais e da Justiça de Paz. Dos magistrados: posse, exercício, antiguidade, direitos e garantias, subsídios, licenças e férias, deveres e sanções. Dos serviços judiciais e dos servidores do Poder Judiciário: serviços auxiliares da Justiça e dos servidores do Poder Judiciário. Da secretaria do Tribunal de Justiça, da secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, das secretarias judiciais e das secretarias de diretorias de fórum: nomeação, atribuições, substituições. Dos oficiais de justiça. Dos serventuários e dos funcionários: nomeação, posse, compromisso, exercício, direitos e garantias, férias, licenças, disponibilidade e aposentadoria, deveres e sanções. Do processo administrativo disciplinar. Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003 e suas alterações e Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007 e suas alterações). Dos serviços extrajudiciais: notários e registradores, auxiliares, concurso de remoção e de ingresso. Da fiscalização do Poder Judiciário.

CARGO DE COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Será aplicada Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, como segue:

Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 30 (trinta) questões

Organização Judiciária Estadual – 6 (seis) questões

Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº. 14, de 17 de dezembro de 1991, e suas alterações). Regimento Interno do TJMA. Custas judiciais e emolumentos extrajudiciais (Lei nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009). Tabelas de custas judiciais e emolumentosextrajudiciais (Lei nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009). Da Justiça Estadual. Da Divisão Judiciária do Maranhão. Comarcas, termos e zonas judiciárias. Entrâncias e instâncias. Dos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão. Do Tribunal de Justiça. Da Corregedoria Geral da Justiça. Dos Juizes de Direito: ingresso na carreira, juizes substitutos, juizes auxiliares, juizes titulares. Do Tribunal do Júri e da Justiça Militar Estadual. Dos juizados especiais e da Justiça de Paz. Dos magistrados: posse, exercício, antiguidade, direitos e garantias, subsídios, licenças e férias, deveres e sanções. Dos serviços judiciais e dos servidores do Poder Judiciário: serviços auxiliares da Justiça e dos servidores do Poder Judiciário. Da secretaria do Tribunal de Justiça, da secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, das secretarias judiciais e das secretarias de diretorias de fórum: nomeação, atribuições, substituições. Dos oficiais de justiça. Dos serventuários e dos funcionários: nomeação, posse, compromisso, exercício, direitos e garantias, férias, licenças, disponibilidade e aposentadoria, deveres e sanções. Do processo administrativo disciplinar. Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003 e suas alterações e Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007 e suas alterações). Dos serviços extrajudiciais: notários e registradores, auxiliares, concurso de remoção e de ingresso. Da fiscalização do Poder Judiciário.

CARGO AUXILIAR JUDICIÁRIO, DE NÍVEL FUNDAMENTAL (PRIMEIRO GRAU)

AUXILIAR JUDICIÁRIO – Especialidade Apoio Administrativo

Será aplicada Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, como segue:

Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 30 (trinta) questões

Organização Judiciária Estadual – 6 (seis) questões

Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº. 14, de 17 de dezembro de 1991, e suas alterações). Regimento Interno do TJMA. Custas judiciais e emolumentos extrajudiciais (Lei nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009). Tabelas de custas judiciais e emolumentosextrajudiciais (Lei nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009). Da Justiça Estadual. Da Divisão Judiciária do Maranhão. Comarcas, termos e zonas judiciárias. Entrâncias e instâncias. Dos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão. Do Tribunal de Justiça. Da Corregedoria Geral da Justiça. Dos Juizes de Direito: ingresso na carreira, juizes substitutos, juizes auxiliares, juizes titulares. Do Tribunal do Júri e da Justiça Militar Estadual. Dos juizados especiais e da Justiça de Paz. Dos magistrados: posse, exercício, antiguidade, direitos e garantias, subsídios, licenças e férias, deveres e sanções. Dos serviços judiciais e dos servidores do Poder Judiciário: serviços auxiliares da Justiça e dos servidores do Poder Judiciário. Da secretaria do Tribunal de Justiça, da secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, das secretarias judiciais e das secretarias de diretorias de fórum: nomeação, atribuições, substituições. Dos oficiais de justiça. Dos serventuários e dos funcionários: nomeação, posse, compromisso, exercício, direitos e garantias, férias, licenças, disponibilidade e aposentadoria, deveres e sanções. Do processo administrativo disciplinar. Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003 e suas alterações e Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007 e suas alterações). Dos serviços extrajudiciais: notários e registradores, auxiliares, concurso de remoção e de ingresso. Da fiscalização do Poder Judiciário.

Art. 2º - Promovam-se as respectivas alterações no corpo do Edital 002/2011.

Art. 3º - Ficam ratificados os demais itens do Edital 002/2011, não constantes desta alteração.

São Luís (MA), 20 de abril de 2011.

DESEMBARGADOR JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Vice-Presidência

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NA SEXTA-FEIRA, DIA 15 DE ABRIL DE 2011,

PLENÁRIO

001-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança - Número Único: 0001342-13.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0061812011 - (IMPERATRIZ) - TRIBUNAL PLENO DISTRIBUIÇÃO:

Impetrante: GISELLE SILVA DA CUNHA SANTOS AROSO

ADVOGADO(A)(S): CARLOS SEABRA DE CARVALHO COÊLHO, ERIKO JOSÉ DOMINGUES DA SILVA RIBEIRO, ALINE NEIVA ALVES DA SILVA E OUTROS

Impetrado: PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Relatora: Des. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES (Jurisdição Preventiva)

CÍVEIS REUNIDAS

001-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança - Número Único: 0002066-17.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0100642011 - (SÃO LUÍS) - CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DISTRIBUIÇÃO:

Impetrante: JOÃO DE JESUS ROLAND

ADVOGADO(A): LUÍS ANDERSON CUTRIM DE SOUSA

Autoridade Coatora: SECRETARIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MARANHÃO

Relator: Des. MARCELO CARVALHO SILVA